



Variações linguísticas e seus efeitos na saúde: reflexões para a clínica fonoaudiológica

Linguistic variations and their effects on health: reflections for the speech therapy clinic

Variaciones lingüísticas y sus efectos sobre la salud: reflexiones para la clínica de logopedia

Ana Regina Graner Falcão* 
Luiz Augusto de Paula Souza* 

Resumo

Introdução: As variações linguísticas não correspondem a distúrbios de comunicação, entretanto a sua valoração, constitui fonte de preconceito linguístico e discriminação social, chegando a processos de “patologização”. Falantes de variações linguísticas não prestigiadas, supondo algum distúrbio, procuraram o serviço de saúde com queixa de sofrer discriminação por preconceito linguístico. Experimentavam sensação de inferioridade, retraimento social, até rebaixamento da autoestima; levando a crises de ansiedade ou a episódios depressivos. **Objetivo:** Analisar as repercussões das variações linguísticas em um grupo de sujeitos, estabelecer indicações à reflexão sobre essa problemática no campo da saúde, especialmente no manejo dessas repercussões no âmbito da clínica fonoaudiológica. **Método:** Estudo de natureza descritiva, caracterizado, em seu desenho, como estudo de caso. Utilizou-se a metodologia do Grupo de Discussão, que consiste em favorecer e promover a construção de discurso grupal; sendo este o objeto da pesquisa. **Resultados e Discussão:** As variações linguísticas são constituídas em função de origem, extração sociocultural e condição socioeconômica e foram percebidas como variável significativa da discriminação e exclusão social. As categorias analíticas depreendidas do discurso grupal: *preconceito e bullying; comunidade de fala e exclusão social; expectativas frente à norma prestigiada*. O trabalho fonoaudiológico deverá: - reconhecer e valorizar o sofrimento das vítimas; - promover o trânsito pelas variações linguísticas, entender nuances fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas e prosódicas, avaliando os usos e contextos sociais dos gêneros discursivos orais. **Conclusão:** Indicar à Fonoaudiologia para acolher e atender as vítimas de preconceito linguístico, no âmbito da ação clínica de prevenção de agravos e de promoção da saúde.

Palavras-chave: Fonoaudiologia; Variação Linguística; Preconceito Linguístico; Promoção da Saúde.

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Contribuição dos autores:

ARGF e LAPS: Contribuíram em todas as etapas do manuscrito.

E-mail para correspondência: Ana Regina Graner Falcão - anagranerf@gmail.com

Recebido: 15/12/2020

Aprovado: 05/06/2021



Abstract

Introduction: Linguistic variations do not correspond to communication disorders; however, their valuation constitutes a source of linguistic prejudice and social discrimination, reaching processes of “pathologization”. Speakers of non-prestigious linguistic variations, assuming some speech disorder, sought the health service with a complaint of suffering discrimination due to linguistic prejudice. They experienced a sensation of inferiority, social withdrawal, even lowering of self-esteem; leading to bouts of anxiety or depressive episodes. **Objective:** To analyze the repercussions of linguistic variations in a group of people, establish indications for reflection on this problem in the field of health, especially in the management of these repercussions in the field of speech therapy. **Methods:** ‘Descriptive Research’ characterized, in its design, as a case study. The ‘Focus Group Discussion’ methodology was used, which consists in favoring and promoting the construction of a group discourse; this being the object of the research. **Results:** The linguistic variations are constituted in function of origin, socio-cultural extraction and socioeconomic condition and were perceived as a significant variable of discrimination and social exclusion. The analytical categories inferred from the focus group: prejudice and bullying; the speech community and social exclusion; expectations in relation to the prestigious norm. The Speech therapy work should: - recognize and value the suffering of victims; - promote the transit through linguistic variations, understanding phonetic-phonological, syntactic, semantic and prosodic nuances, evaluating the uses and social contexts of oral discourse genders. **Conclusion:** To indicate the Speech therapy to welcome and assist the victims of linguistic prejudice, in the scope of the clinical action of prevention and health promotion.

Keywords: Speech, Language and Hearing Sciences; Linguistic Variation; Linguistic Prejudice; Promotion of Health.

Resumen

Introducción: Las variaciones lingüísticas no corresponden a los trastornos de la comunicación, sin embargo su valoración es fuente de prejuicios lingüísticos y de discriminación social, lo que conduce a procesos de “patologización”. Los hablantes de variaciones lingüísticas no prestigiosas, asumiendo algún trastorno del habla, buscaron el servicio de salud quejándose de discriminación por prejuicios lingüísticos. Experimentaban una sensación de inferioridad, de retraimiento social, incluso de disminución de la autoestima; lo que provocaba crisis de ansiedad o episodios depresivos. **Objetivo:** Analizar las repercusiones de las variaciones lingüísticas en un grupo de sujetos, establecer indicaciones para la reflexión sobre este problema en el campo de la salud, especialmente en el manejo de estas repercusiones en el campo de la logopedia. **Metodos:** Un ‘Estudio Descriptivo’, caracterizado en su diseño como un estudio de caso. Se utilizó la metodología del ‘Grupo de Discusión’, que consiste en favorecer y promover la construcción de un discurso grupal, siendo éste el objeto de la investigación. **Resultados:** Las variaciones lingüísticas se constituyen en función del origen, la extracción sociocultural y la condición socioeconómica y se perciben como una variable significativa de discriminación y exclusión social. Las categorías analíticas deducidas del discurso de grupo: prejuicios e intimidación; la comunidad de discurso y la exclusión social; expectativas en relación con la norma de prestigio. El trabajo logopedista debería: - reconocer y valorar el sufrimiento de las víctimas; - promover el tránsito por las variaciones lingüísticas, comprendiendo los matices fonético-fonológicos, sintácticos, semánticos y prosódicos, evaluando los usos y contextos sociales de los géneros del discurso oral. **Conclusión:** Indicar a Logopedia que acoja y asista a las víctimas de los prejuicios lingüísticos, en el ámbito de la acción clínica de prevención y promoción de la salud.

Palabras clave: Fonoaudiología; Variación Lingüística; Prejuicio Lingüístico; Promoción de la Salud

Introdução

Por que a variação nos usos da língua falada configura modos de distinção, de juízo moral e de preconceito social, e o que isso pode significar à Fonoaudiologia?

A Sociolinguística determina – como se verá ao longo do texto – que onde há variação linguística existe avaliação e valoração social. Nossa sociedade é profundamente hierarquizada e, conseqüentemente, todos os valores culturais e simbólicos que nela circulam também estão dispostos em categorias hierárquicas, valorativas e, muitas vezes, reducionistas: “bom” ou “ruim”, “certo” ou “errado”, “feio” ou “bonito”, etc. Entre essas valorações morais e de senso comum estão aspectos e dimensões da língua. Por mais que os linguistas relativizem a norma-padrão, por nem de longe corresponder inteiramente às realidades de uso efetivo da língua, eles não desprezam o fato de que, como bem simbólico, existe demanda social por uma “língua correta”, identificada como instrumento necessário para o acesso ao círculo dos que gozam de prestígio na sociedade¹.

A globalização, juntamente com os avanços tecnológicos da chamada revolução informacional, trouxe conseqüências, inclusive, ao mercado de trabalho, no qual houve aumento da competitividade entre empresas como também entre trabalhadores, bem como maior exigência de qualificação por parte daqueles que almejam um emprego. Frente ao novo panorama mundial do trabalho, jovens de camadas populares ou em situação de vulnerabilidade social enfrentam muitas dificuldades para se inserir no mercado devido, sobretudo, à desigualdade de oportunidades existente entre as classes sociais, mas também em função de aspectos mais prosaicos, mesmo que derivados daquela assimetria estrutural de oportunidades, por exemplo: reduzida escolarização ou baixa qualificação profissional, aliada a pouca ou nenhuma experiência profissional prévia e, às vezes, vestuário e linguagem não alinhados às convenções das empresas durante a busca de emprego².

É no plano da vulnerabilidade social em saúde que a discussão de questões relativas às variações linguísticas, como o preconceito linguístico, e aos seus efeitos na saúde e na qualidade de vida, parecem se situar.

Em nosso estudo, um bom número de falantes de variações linguísticas, supondo algum distúrbio

de fala, procuraram o serviço de saúde com a queixa de sofrer discriminação por preconceito linguístico, por preconceitos étnicos e/ou de classe, externalizados pela desqualificação aos seus modos de falar.

Esses falantes experimentam desde sensação reiterada de inferioridade social, retraimento social em certos ambientes (escolar, profissional, dentre outros), até rebaixamento da autoestima; dimensões que podem levar, segundo os relatos, a crises de ansiedade ou a episódios depressivos.

Nesse ponto, é possível indagar se as políticas de promoção da saúde (da formação dos profissionais às práticas dos serviços de saúde) promovem ações sistemáticas que, de fato, resultam em fortalecimento dos sujeitos e das coletividades para afirmarem as diferenças e a diversidade social em seus modos de comunicação, como formas de produzir saúde e de enfrentar vulnerabilidades sociais no contexto da saúde.

Estudos trazem que “as diferenças de poder existentes entre os grupos sociais são percebidas, em maior ou menor grau, na variação linguística e nas atitudes ou comportamentos que elas afirmam e/ou incitam”. É comum que os padrões linguísticos usados pelos grupos dominantes sejam vistos como modelo necessário à ascensão e ao prestígio social; já o uso dos padrões de menor prestígio reduzem as oportunidades de sucesso social e profissional³.

“Não há evidências de que uma língua ou quaisquer de suas variedades seja linguisticamente mais eficiente que outra”. Todas as variedades linguísticas são capazes de efetuar as potencialidades expressivas da língua. O autor⁴ vai na linha da argumentação destacada antes, de que a valorização de uma variedade em detrimento de outras é uma questão de hierarquia e domínio social.

Em relação à naturalização da desigualdade, vale a análise de um estudo que situa a estrutura da desigualdade brasileira, lembrando que ela está fortemente ligada à nossa herança escravocrata:

[...] no Brasil, o grande problema é que nossa sociedade ‘naturalizou’ a desigualdade. Primeiro, porque ninguém, na elite e na classe média branca e privilegiada, assume sua responsabilidade na reprodução da iniquidade e culpabiliza as próprias vítimas pelo seu infortúnio. Além disso, a desigualdade é aceita como algo inevitável, algo impossível de mudar. (...) Toda sociedade com passado escravocrata que não criticou esse passado o reproduz de forma modificada ao longo do tempo⁵.

Exatamente nessa medida, é fundamental destacar, digamos assim, que a “patologização” de certas variedades linguísticas é uma estratégia, ao mesmo tempo, cruel e eficaz para culpabilizar e responsabilizar as vítimas pelos preconceitos linguísticos que sofrem. Os chamados “erros” na aquisição da fala, em geral, são processos constitutivos da apropriação das convenções linguísticas e as variações de fala não correspondem a distúrbios de comunicação. A estigmatização dos “erros” seria, portanto, uma questão de ordem valorativa, um juízo de valor, e não um problema de aquisição e desenvolvimento de linguagem⁶.

Pesquisadores⁷ asseveram que os erros, tomados como dificuldades individuais do aprendiz, não apenas ajudam a reproduzir o imaginário que “patologiza” certos usos da língua falada, mas podem significar manifestações coletivas decorrentes de fatos inerentes à própria história da língua. É preciso que haja consciência das variedades da língua, mesmo que, na escola, a língua ensinada seja o português padrão⁸.

Isso significa dizer que a singularidade de cada povo não configura uma homogeneidade, antes indica heterogeneidade cultural, política, econômica e social, o que naturalmente implica e/ou produz, entre outras, variações linguísticas.

De acordo com outro estudo⁹, os indivíduos podem utilizar variedades de acordo com as relações com seus pares, assemelhando a sua fala à dos outros membros de uma mesma comunidade.

Não existe nenhuma justificativa ética, política ou científica para continuar condenando como “erros” ou indício de agravo à saúde usos linguísticos que estão firmados no português brasileiro há muito tempo, inclusive na fala e na escrita dos cidadãos privilegiados. É preciso reconhecer a variedade de formas de uso da língua falada e permitir o seu

convívio tranquilo com as formas consagradas pela gramática normativa¹⁰.

O discurso carrega uma bagagem ideológica e filosófica, sustentada por ideias e valores, por domínios sociais e linguísticos, pela situacionalidade e pelas condições de sua produção. Nessa perspectiva, a aproximação às problemáticas que implicam a vulnerabilidade linguística vivida por determinados segmentos sociais permitiria uma formação mais abrangente dos profissionais de saúde e um cuidado em saúde ampliado às comunidades linguisticamente discriminadas e excluídas, uma vez que a oferta de ações de saúde nesse âmbito não é abundante¹¹.

Por sua vez, e embora não seja uma afirmação cientificamente sustentada, ainda é possível observar, nas práticas e no convívio com os fonoaudiólogos, as variações linguísticas sendo, muitas vezes, consideradas “erros” advindos de alguma motivação patológica. A “patologização” de comportamentos e condutas linguísticas (na fala e na escrita) não é nova na Fonoaudiologia e na tradição biomédica que a sustenta. No entanto, a ciência já produziu evidências suficientes (algumas já referidas aqui) para demonstrar que é preciso entender a língua na condição de produção cultural e histórica, portanto sujeita à pluralidade, processualidade e heterogeneidade social, que configuram suas condições de possibilidade. As variações linguísticas são manifestações dessas condições e características.

É necessário criar e recriar sentidos acerca de nossas práticas no trabalho em saúde e, sobretudo, dar espaços para as incertezas, para a experiência em face da diversidade e das diferenças daqueles a quem tratamos¹²; isso também ajudaria a promover saúde, a prevenir agravos e a reduzir vulnerabilidades, uma vez que preconceito e discriminação linguística produzem vulnerabilidade social concreta,

Se é assim, podemos estender as indagações das autoras sobre as práticas de saúde às questões que desafiam a Fonoaudiologia quando se trata de lidar com as variações linguísticas¹³:

[...] estaremos ainda promovendo práticas que se limitem a identificar os efeitos nocivos de determinados comportamentos e hábitos e, assim, atuando sobre os indivíduos mais expostos ao risco para normatizar seus estilos de vida?

No caso da Fonoaudiologia, é nossa responsabilidade problematizar eventuais tendências de formação e de atuação profissional que, ao repro-

* Aqui vale uma breve conceituação sobre variação, variedade linguística e norma padrão. A língua, como fato social, é um fenômeno dinâmico porque se modifica com o tempo e apresenta diferenças que podem ser detectáveis nos seus diversos planos: no léxico, na fonética, na morfologia, na sintaxe. Ao falarmos em variedades linguísticas, estamos nos referindo à existência na língua das variedades socialmente prestigiadas, e das variedades socialmente desprestigiadas, e estas tomam como referência a norma padrão, que vem a ser a língua ideal (que existe apenas nas gramáticas). Então teremos graus de variedades, quanto mais próximo a variedade utilizada pelo falante estiver da norma padrão, mais prestigiada será, e quanto mais distante, mais desprestigiada será (Silva, 2014).

duzirem perspectivas “patologizantes”, ajudam a naturalizar preconceitos e discriminações, reproduzindo desigualdades sociais que deveríamos atuar para combater. Nesse sentido, a questão é desenvolver ações de promoção da saúde: acolher os sujeitos que sofrem preconceito e discriminação linguística, produzindo conhecimentos e métodos para auxiliar na identificação e na demarcação social do preconceito, ajudar em seu manejo, por meio da ampliação do repertório sobre as variações linguísticas, assim como pela construção de estratégias de inserção discursiva nos mais variados ambientes sociais.

A atuação fonoaudiológica não deve se restringir aos problemas que afetam as dimensões anatomofisiológicas, neurofisiológicas e fisiopatológicas envolvidas nos processos de comunicação pessoal. Ao contrário, o autor defende que os fonoaudiólogos precisam acolher os desassossegos que incidem sobre a comunicação dos sujeitos que procuram nossa clínica. Lembrando que ela (a clínica) exige escuta e disponibilidade para manejar o sofrimento que os pacientes demandam ao fonoaudiólogo¹⁴.

O presente artigo traz os resultados de um estudo que teve como objetivo analisar as repercussões das variações linguísticas em um grupo de sujeitos constituído por jovens e adultos, buscando estabelecer indicações à reflexão sobre essa problemática no campo da saúde, especialmente no manejo dessas repercussões no âmbito da clínica fonoaudiológica.

Método

O estudo tem natureza descritiva e caracteriza-se, em seu desenho, como um estudo de caso. O estudo de caso busca compreender a questão sob estudo de maneira abrangente, analisando suas especificidades e correlações com contextos sociais e políticos mais amplos. O estudo de caso produz declarações teórico-metodológicas sem, no entanto, fazer generalizações sobre seus achados de pesquisa¹⁵. Nesse sentido, a contribuição do estudo de caso é delimitar situações e tendências à luz de contextos singulares, contribuindo na discussão e no equacionamento de problemas gerais¹⁶.

Para coleta dos dados foi utilizada a metodologia do Grupo de Discussão (GD). O GD é uma prática grupal de pesquisa qualitativa, que consiste

em promover e se colocar à escuta do discurso grupal em um dado contexto. A finalidade do GD é buscar a participação ativa dos sujeitos na pesquisa, dando liberdade para que se expressem e, por meio da conversação no grupo, colaborem na construção do discurso grupal sobre a problemática em questão¹⁷.

Para operacionalização da estratégia metodológica da pesquisa, os critérios éticos em pesquisa com seres humanos foram seguidos rigorosamente, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo foi aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa e recebeu o CAAE 84982018.1.0000.5482.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada com sujeitos inscritos em clínica-escola da Universidade do Estado da Bahia, Salvador, durante o segundo semestre de 2018; esses sujeitos tinham entre 18 e 28 anos de idade, considerados pela classificação do IBGE como jovens e adultos¹⁸.

A definição dos participantes do GD foi realizada por meio de entrevista semidirigida com os potenciais participantes (usuários em fila de espera da clínica-escola com queixa de alterações de fala com prejuízo à vida escolar, profissional ou em outras esferas sociais). O GD ocorreu semanalmente, totalizando 09 encontros de uma hora e trinta minutos de duração cada um. Os encontros foram audiogravados, transcritos e textualizados, compondo o material de análise.

Apresentando os participantes

Dos seis participantes selecionados (número médio sugerido para realização do GD), um não iniciou os trabalhos, portanto o grupo foi composto por cinco participantes com variações linguísticas desprestigiadas e que eram entendidas como distúrbio ou limitação pessoal. Todos os sujeitos correspondem a pacientes que aguardavam atendimento na clínica-escola e não possuíam patologias de linguagem associadas às variações linguísticas apresentadas – aspecto previamente avaliado por serviço médico e fonoaudiológico como critério de exclusão à participação no estudo.

Os participantes, jovens e adultos, eram estudantes e profissionais, conforme Quadro a seguir:

Quadro 1. Descrição dos participantes do grupo

Participante	Idade	Gênero	Papel social	Grau escolaridade
P1	18	feminino	Estudante	EM incompl.
P2	25	masculino	Guia de turismo	EM incompl.
P3	25	masculino	Escrivão	ES incompl.
P4	28	masculino	Representante de vendas	EM incompl.
P5	21	masculino	Estudante	ES incompl.

Fonte: Elaborado pelos autores.
 Legenda: EM: Ensino Médio, ES: Ensino Superior

Estratégias do GD

Foram colocadas em discussão no GD as seguintes temáticas e questões:

- valores sociais da fala; preconceitos sociais e preconceitos linguísticos; relações entre origem social, hábitos, valores socioculturais e “lugar de fala”; percepções e histórias pessoais sobre os modos de falar e se comunicar, e seus impactos na pertença e na circulação social; como desejam falar e ser ouvidos: idealização, elaboração e conquista de legitimidade como falante; há distinção entre diferenças sociais e variações linguísticas?; procuraram atendimento com quais expectativas

e questões pessoais, e o que pensavam após os encontros do GD?

Para discussão dessas temáticas utilizou-se os seguintes disparadores: notícias de jornal; textos com depoimentos de pessoas que apresentavam variações linguísticas; poemas de cordel; músicas e temas que os próprios participantes traziam e que propiciaram ao GD se tornar um espaço de intensa conversação.

Os nove encontros ocorreram nos semestres letivos de 2018.2 e 2019.1 e estão descritos no Quadro abaixo:

Quadro 2. Descrição dos encontros

Data	Encontros	Instrumento de pesquisa
5/9/2018	1º. Encontro Apresentação	Apresentação do Projeto de Pesquisa – TCLE Dinâmica de apresentação dos participantes
12/9/2018	2º. Encontro	Grupo de discussão - tema disparador: crise migratória dos venezuelanos
19/9/2018	3º. Encontro	Grupo de Discussão – Dinâmica: Encontro comigo daqui a 10 anos
3/10/2018	4º. Encontro	Grupo de Discussão – Leitura de depoimentos de pessoas com variações linguísticas.
17/10/2018	5º. Encontro	Grupo de Discussão – Leitura de entrevistas feitas com falantes de várias regiões.
31/10/2018	6º. Encontro	Grupo de Discussão – tema disparador variação prestigiada X variação desprestigiada
21/11/2018	7º. Encontro	Grupo de Discussão – Tema disparador: Feriado da Consciência Negra.
13/3/2019	8º. Encontro	Grupo de Discussão – Dinâmica: Encontro comigo daqui a 10 anos.
20/3/2019	9º. Encontro	Grupo de Discussão – Texto sobre os modos de falar do brasileiro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Análise dos dados

O material foi gravado em áudio e vídeo, relatado em diário de campo (com as percepções e interpretações sobre os acontecimentos) e submetido à análise de conteúdo, inspirada pela proposta de análise de conteúdo¹⁹, consistindo nas seguintes etapas: pré-análise, que se deu por meio de leitura fluente dos materiais coletados (audiovisual,

texto, diário de campo); construção dos dados brutos (corpora) com dimensões e direções de análise; tratamento do material e estabelecimento de categorias de análise.

Foram depreendidas as seguintes categorias analíticas a partir do material:

- *preconceito e bullying; comunidade de fala e exclusão social; e expectativas frente à norma prestigiada.*

Resultados e Discussão

A procura de atendimento por jovens e adultos com queixas relacionadas aos modos de falar, sob a suspeita de que a discriminação aos seus modos de falar poderia indicar agravo de saúde – o que não se confirmou em avaliação fonoaudiológica – motivou a realização deste estudo.

Constatamos que, em geral, as variações linguísticas dos sujeitos da pesquisa, fruto da diversidade sociocultural e linguística, são constituídas em função de origem, extração sociocultural e condição socioeconômica. No entanto, no discurso grupal dos integrantes da pesquisa, elas foram percebidas como variável significativa em processos de discriminação e exclusão em ambientes sociais diversos, com o agravante de que sua reiteração nesses ambientes fez parecer, aos referidos sujeitos, que se tratava de questão de saúde ou de limitação pessoal, chegando ao ponto de gerar episódios de ansiedades ou de depressão.

Para o Grupo de Discussão (GD), essa percepção acontece devido as variações linguísticas, frequentemente, serem consideradas desviantes e inferiores em relação à chamada norma prestigiada. Vale lembrar que a desqualificação social derivada da discriminação e do preconceito linguístico, uma vez naturalizada, sugere não discriminação, mas dificuldades ou desleixos individuais com a língua portuguesa.

Os resultados da pesquisa evidenciam a existência, no senso comum, de uma espécie de “patologização” das variações dos modos de falar, embora elas nada tenham de patológico. No entanto, esse tipo de preconceito e discriminação pode levar a efeitos sociais e subjetivos com potencial para afetar a saúde, além de prejudicar o exercício da cidadania e as oportunidades de inserção social e econômica – esses são, certamente, os principais incômodos relatados no GD.

Após o tratamento do material coletado no GD, as categorias analíticas que se depreenderam do discurso grupal foram as seguintes: *preconceito e bullying*; *comunidade de fala e exclusão social*; e *expectativas frente à norma prestigiada*. Passamos a tratar de cada uma delas.

Preconceito e bullying

(...) as pessoas conseguem entender, mas ficam zombando. (PF)

(...) fico constrangido quando percebo que as pes-

soas estão com gozação. (PM)

(...) percebo o preconceito racial por conta da cor, o social pela questão financeira, o religioso por ser adepto de uma religião de matriz africana e o cultural pelo modo de falar. (PM)

(...) quando fui para um estado do sudeste senti preconceito, não tanto pela cor, mas sim por ser nordestino e falar “diferente”. (PA)

Os participantes percebem que existem vários tipos de preconceito, que o preconceito linguístico é um deles e, muitas vezes, materializa e atualiza outros. Também referem o constrangimento diante da “gozação”, do *bullying*, que comparece no discurso grupal como o modo mais frequente de desqualificação social sobre eles. Em outras palavras, a discriminação não é realizada pela exclusão pura e simples da atividade social, mas por uma espécie de “inclusão” excludente, aquela que subjuga o outro pela negação de sua pertença social, como se as diferenças expostas pela variedade linguística o tornasse inferior e não digno daquele ambiente e/ou grupo e social.

Como já referido, existe demanda social por uma “língua correta”¹, o que em si mesmo não constituiria um problema, antes corresponderia a uma aspiração social relativa mas, dentro de certos limites, legítima.

No entanto e a rigor, ninguém exerce a “língua correta” plena e perfeitamente, o problema consiste no fato de que basta a certos indivíduos ou grupos serem imaginados como desviantes do suposto padrão para que sejam vítimas de preconceito. Os participantes do GD, sem exceção, consideram isso um fato social incontestável. Além disso, alguns deles referem que é difícil não se convencer de que não sabem falar, de que falam errado ou de que têm algum problema; o que corrobora a percepção sobre a “patologização” das variações linguísticas, a naturalização do preconceito e a eventual auto-responsabilização pela discriminação de que se é vítima.

Comunidade de fala e exclusão social

(...) quando passo muito tempo no interior eu assumo muitos “vícios” de linguagem e, às vezes, falo /fio/, /muié/ e, quando percebo, corrijo. (PA)

(...) a depender do lugar que você está, você vai adaptando seu modo de falar, seu linguajar. Aqui no grupo discutimos que é normal, que é bom saber circular por vários jeitos de falar, que precisamos aprender melhor isso. (PA)

(...) a maneira como falo me atrapalha nas interações sociais e fico incomodado, por isso quero me corrigir. (PM)

As conversas no GD mostram que os participantes sabem muito bem que cada grupo ou comunidade tem maneiras de falar relacionadas, de algum modo, à origem, à formação cultural e à posição social e econômica que ocupam. Sabem, portanto, que a língua implica questões de poder, que se refletem em valores e hierarquias sociais¹, ainda mais em um país tão desigual quanto o Brasil.

Não por acaso, estudiosos²⁰ também afirmam que as diferenças na fala precisam ser valorizadas e não discriminadas se se quiser uma sociedade democrática e, por isso, capaz de combater suas desigualdades. Além disso, os autores afirmam que, independentemente de suas variações, a língua continuará exercendo seu papel na sociedade, o que não tornará esta ou aquela variedade melhor ou pior que outras.

Os participantes do GD relatam, adicionalmente, que as variedades linguísticas socialmente desprestigiadas, geralmente, são atribuídas às pessoas do interior ou das periferias, com baixa escolaridade e/ou baixo poder aquisitivo, e que essas variedades são vistas como “erros” ou “desvios” passíveis de correção. O caráter urbano da norma linguística prestigiada não passou despercebida no GD. De fato, são principalmente as capitais e grandes cidades que protagonizam as disputas econômicas, políticas e jurídico-normativas, daí acontecer o mesmo com a língua, uma vez que ela explícita e materializa os jogos de poder da sociedade.

Tal percepção é fundamentada por estudos que consideram que a atribuição de prestígio a somente uma variedade linguística “decorre de fatores de ordem social, política e econômica”, e afirma que, (...) no Brasil, são socialmente estigmatizados os vernáculos e as variedades populares da língua urbana. Nunca é supérfluo reafirmar, porém, que do ponto de vista linguístico, essas variedades não são estruturalmente inferiores à norma-padrão. O conceito de “erro gramatical” é tão-somente uma questão de diferença entre dois dialetos²¹.

O participante PA, ao atribuir conotação pejorativa de “vício” à variedade linguística utilizada, diz: (...) quando passo muito tempo no interior eu assimilo muitos “vícios” de linguagem e, às vezes, falo /fio/, /muié/ e, quando percebo, corrijo. Tal

afirmação deixa claro que considera incorreta ou degradada a variedade utilizada pela sua comunidade, por isso adota postura negativa perante ela. Nesse sentido, acaba reiterando atitude preconceituosa da qual é vítima, mostrando como a arquitetura do preconceito e da discriminação linguística opera também na subjetividade, nos modos pelos quais as subjetividades são também constituídas nesse campo e como passam a reproduzir valores sociais dominantes, nesse caso, valores estigmatizantes, excludentes e potentes para manter um certo *status quo*.

Expectativas frente à norma socialmente prestigiada

(...) pretendo falar no padrão que a sociedade acha melhor. (PM)

(...) uma pessoa que sai do interior para estudar em Salvador sofrerá preconceito, pela forma que fala, então se dispõe a falar de uma forma mais “correta”. (PA)

Os participantes almejam falar de acordo com a norma socialmente prestigiada, mesmo percebendo – em vários momentos das discussões no GD – que ela funciona, com frequência, como instrumento de poder que os oprime, e o faz menos por questões linguísticas estritas e mais pelas engrenagens de poder e de desigualdade social das quais a norma prestigiada é representante. Ainda assim, os participantes do GD imaginam que corresponder à expectativa de uso da norma linguística privilegiada diminuiria o sofrimento experimentado pela discriminação e pelo sentimento de limitação ou distúrbio individual.

Em parte, eles têm razão, mas, por outro lado, essa expectativa parece também favorecer a inculcação acrítica de valores sociais que reiteram a discriminação de que são vítimas, não por razões linguísticas e sim, fundamentalmente, por questões de classe, de gênero e de raça. Isso não muda o fato de que o sentimento de inferioridade linguística é altamente pernicioso, pois colabora, entre outras coisas, com o silenciamento do sujeito, quando não com seu adoecimento, por não se sentir capaz de dizer sua língua e de compreender sua condição social para poder transformá-la²².

O direito constitucional que é dado para todos aprenderem a norma prestigiada deveria ser o mesmo para o ensino das variações do português brasileiro²³. Em um contexto ideal, os falantes de variações não prestigiadas da língua não deve-

riam se sentir linguisticamente inferiores, nem superiores a outras variações, pois “diferença não é deficiência nem inferioridade”. Dependendo de *com quem se fala* e *em que ambiente se fala*, é necessário modelar o jeito de falar para ser acolhido, lembrou um dos participantes do GD (em epígrafe).

Essa posição (op. cit.), seguida da referência à posição defendida por participante do GD, permitem chegar ao momento culminante de nosso estudo; momento que engloba as três categorias analíticas, que organizaram os achados da pesquisa, para situar a pertinência da reflexão e da ação fonoaudiológicas nessa problemática.

Do nosso ponto de vista, o trabalho fonoaudiológico, no contexto das variações linguísticas e de suas implicações pessoais e sociais, precisa responder à duas dimensões interdependentes. Tais dimensões correspondem às conclusões deste artigo e estão apresentadas a seguir.

Conclusão

Como foi dito, o trabalho fonoaudiológico precisa responder a duas dimensões complementares e interdependentes quando está diante de problemáticas trazidas à sua clínica. A primeira dimensão a demarcar é absolutamente necessária, inclusive, para justificar a presença da Fonoaudiologia nessa problemática que, de resto, está mais claramente colocada (e bem colocada) para as áreas da Linguística, da Sociologia e da Educação.

Trata-se do fato de que as questões relativas às variações linguísticas e ao preconceito linguístico não se apresentam à Fonoaudiologia como fenômeno a ser compreendido e enfrentado em âmbito social e/ou educacional. Diferentemente, em nossa pesquisa as questões chegaram como demanda clínica, isto é, como *sofrimento pessoal* de um número significativo de sujeitos: “qual é o meu problema?”; “tenho algum distúrbio?” “Sofrimento que pede acolhimento e escuta clínica para ser equacionado, elaborado e superado.

Aí está, em nosso ver, o “lugar” da Fonoaudiologia no debate, é partir daí que a ação fonoaudiológica faz sentido, é necessária. Naturalmente, a perspectiva clínica aqui não é a do tratamento de um distúrbio de linguagem, uma vez que a imensa maioria dos casos com os quais tivemos contato não tem distúrbio de linguagem associado e, mesmo nos casos em que houver associação, será necessário distinguir necessidades clínicas, modos de abordar

as demandas e os encaminhamentos devidos, pois estaremos em territórios clínicos com diferenças não negligenciáveis, ainda que, eventualmente, certos sintomas e efeitos pessoais e sociais das duas situações (distúrbio de comunicação e sofrimento por preconceito linguístico) possam se entrelaçar.

A segunda dimensão que interessa tratar aqui é a seguinte: diante desse tipo de demanda clínica, do sofrimento pessoal relacionado ao modo de falar – e até de eventuais desdobramentos dele na escrita –, advindo do preconceito linguístico, da discriminação e da exclusão social, o que a clínica fonoaudiológica tem a fazer e a dizer?

Primeiro, é preciso dizer que esta é uma questão para a Fonoaudiologia. Os fonoaudiólogos são, no campo da saúde, os profissionais que devem acolher e tratar (eles próprios e/ou em equipe interprofissional) os distúrbios de linguagem e de comunicação e também os desassossegos psíquicos e sociais relacionados à fala, à comunicação pessoal e à escrita.

Ao assumir tal pressuposto, o que fazer? É absolutamente fundamental ter escuta clínica capaz de valorizar a queixa trazida ao fonoaudiólogo, reconhecer a extensão e a implicação do sofrimento e dos problemas vividos pelos que procuram o atendimento fonoaudiológico, compreendendo os efeitos deletérios no cotidiano e na saúde desses sujeitos em função do preconceito linguístico e da discriminação social de que são vítimas.

A abordagem clínica que se acabou de mencionar é necessária para constituir e dar sequência a um trabalho fonoaudiológico estruturado. O GD ajudou a tornar clara tal sistematização, que pode ser realizada tanto em trabalho fonoaudiológico individual, quanto por meio de estratégias grupais que, quando possíveis, parecem especialmente potentes, pois permitem o apoio mútuo, o compartilhamento empático do sofrimento com, digamos assim, companheiros de infortúnio.

Esse trabalho sistemático, partindo daquela escuta informada e sensível à problemática, consiste em:

- indiciar a variação ou variações linguísticas em questão, dando a ela(s) contexto e valor subjetivo (afetivo e relacional), histórico e social (dimensões e aspectos de sua constituição no tempo e no espaço das relações concretas de classe, etnia, regionalidade, etc.);
- desnaturalizar as ideias e os valores que assumem as variações linguísticas como “erros” ou “des-

vios” individuais, de grupo, de classe social, de etnia ou que associam essas dimensões a regiões do país ou das cidades;

- a desnaturalização mencionada é também o caminho pelo qual torna-se possível desfazer ou mitigar a “patologização” que, muitas vezes, acompanha a ideia de que a variação linguística é um desvio individual, por isso supostamente gerado por algum distúrbio de fala e/ou de cognição;
- por fim, se a demanda por uma língua nacional é legítima, sempre que for necessário é relevante contemplar um programa de ações para que os sujeitos possam, minimamente, refletir e transitar por variações linguísticas, circular nos discursos, entender certas nuances fonético-fonológicas, sintáticas, semânticas e prosódicas, assim como reconhecer usos e contextos dos gêneros discursivos orais, eventualmente também da escrita, dependendo das demandas que estiverem em jogo no trabalho individual ou grupal. Em suma, quando necessário, é preciso trabalhar para favorecer as habilidades em variar os modos de falar e de escrever para dar conta das exigências de contextos, situações e audiências diferentes.

Nessa medida e por fim, as indicações de nossa pesquisa à Fonoaudiologia dizem respeito à pertinência em acolher e atender as vítimas de preconceito linguístico que se encontrem em sofrimento. Trata-se de atendimento clínico, uma vez que diz respeito à compreensão, à elaboração e à superação de sofrimento relacionado à fala, a modos de falar – embora também ligado à questões de classe, etnia, etc. No entanto, a clínica aqui deve ser entendida em sentido ampliado, não apenas de reabilitação de distúrbio da comunicação mas, no caso, no âmbito da prevenção de agravos e da promoção da saúde.

Referências Bibliográficas

1. Bagno, M. Nada na língua é por acaso: Ciência e senso comum na educação em língua materna. Revista Presença Pedagógica. Set. de 2006 [Acesso em 06 de abril de 2017]. “Disponível em: <http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/textos.htm>”.
2. Oliveira, ST, Silva, JAF. Qualificando o jovem para o primeiro emprego preparando para o processo seletivo. Revista Estação Científica, Ed. 02, 2006 [Acesso em 9 jan 2014]. “Disponível em: http://www.fesjf.estacio.br/revista/revista_ant_02.asp”.
3. Botassini, JOM. A Importância dos Estudos de Crenças e Atitudes para a Sociolinguística. SIGNUM: Estudos da Linguagem, Londrina, n. 18/1, p. 102-31, jun. 2015. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/download/20327/16552>. Acesso em 22/08/2019.
4. Cardoso, DP. Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros. São Paulo: Blucher, 2015.
5. Souza, J. Nada disso é ‘normal’: como a covid-19 escancara velhas anomalias do Brasil. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/05/nada-disso-e-normal-como-a-covid-19-escancara-velhas-anomalias-do-brasil>. Acesso em 26/6/2020.
6. Scarpa, EM. O Jogo, a Construção, e o Erro: considerações sobre o desenvolvimento da linguagem na criança pré-escolar. São Paulo: FDE; 1991. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_10_p054-064_c.pdf>. [Acessado em: 26 set. 2016].
7. Viana, MA.; Lucena, LV.; Vogeley, ACE. A influência da fala na produção escrita de alunos do 1º e 2º Ano do Ensino Médio. V Jornada de Iniciação Científica, 2003.
8. Silva, MS. O Estudo da Variação Linguística no Diálogo de Ficção. Anthesis: Revista de Letras e Educação da Amazônia Sul-Occidental. ano 03, n. 05, p. 5-26, 2014.
9. Vanin, AA. Considerações relevantes sobre definições de “comunidade de fala”. Acta Scientiarum. Language and Culture. Maringá, v. 31, n. 2, p. 147-153, 2009.
10. Bagno, M. Nada na língua é por acaso: Por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
11. Vogeley, ACE.; Colares, V. As variações linguísticas e a terapia fonoaudiológica: o discurso escrito em uma dimensão sociocultural. Rev Symposium. v. 9, n. 1, p. 36-45, 2005.
12. Ayres JRCM. Prevenção de agravos, promoção da saúde e redução de vulnerabilidade. In: Martins, MA.; Carrilho, FT.; Alves, VAF.; Castilho, EA.; Cerri, GG.; Wen, CC. (Eds). Clínica Médica. vol I. Barueri: Manole, 2009. p. 34.
13. Mendes, R; Fernandez, JCA.; Sacardo, DP. Promoção da saúde e participação: abordagens e indagações. Saúde Debate. Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 190-203, jan-mar, 2016.
14. Souza, LAP. Linguagem e Corpo. In: Ferreira, LP.; Befilopes, DM.; Limongi, SCO. Tratado de Fonoaudiologia. 1ª. Ed. São Paulo: Ed. Roca. cap. 69, p. 892-98, 2004.
15. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas; 1990.
16. Deslandes SF, Gomes R. “A pesquisa qualitativa em serviços de saúde: notas teóricas.” In: Bosi MLM, Mercado FJ, organizadores. Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Editora Vozes; 2004. p. 99-120.
17. Godoi CK. Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais.
18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. População. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. [Acessado em 22 ago.2019]. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>>.
19. Bardin L. Análise de conteúdo. 3ª ed. Lisboa: 70; 2004.
20. Santana, J; Neves, M. As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente. Millenium. v. 48, p. 75-93, jan-jun, 2015.



21. Bortoni-Ricardo SM. Nós chegemu na escola, e agora?: Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola Editora; 2005.
22. Possenti S. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo: Mercado de Letras; 1996.
23. Bagno M. Preconceito Linguístico: o que é, como se faz? São Paulo: Loyola; 2008.

